

# **RISCOS de DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA**

**Aplicabilidade de bases conceituais das  
Ciências Humanas e Sociais  
para a análise de casos concretos**



**Antenora Siqueira  
Norma Valencio  
Mariana Siena  
Marco Antonio Malagoli  
(Organizadores)**

*RiMa*

O que têm a dizer profissionais do meio técnico e científico, lideranças comunitárias e de movimentos sociais sobre os desastres quando suas práxis se fazem para além do imediatismo e da superficialidade com que geralmente nos são apresentados estes eventos?

Reunidos ao redor do “Seminário Internacional Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos” os autores buscaram contribuir para o resgate de horizontes ainda pouco explorados, esquecidos ou até mesmo obstaculizados em nossas tradições culturais e institucionais voltadas a esta temática.

Ao fazê-lo, tiveram que superar as abordagens convencionais dominantes que geralmente priorizam dimensões economicistas, biofísicas, dicotômicas, autocráticas, cientificistas, objetivistas ou de curtíssimos horizontes temporais. Como se vê, o desafio lançado aos autores (e a todos nós, cidadãos) não é pequeno, e se apresenta mais como “porto de partida” do que “ponto de chegada”, pois aciona maior preocupação

# Riscos de Desastres Relacionados à Água

Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências  
Humanas e Sociais para a análise de casos concretos



**Antenora Siqueira**  
**Norma Valencio**  
**Mariana Siena**  
**Marco Antonio Malagoli**  
(organizadores)

*RiMa*

2015

© 2015 dos autores

## Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

## Capa e ilustrações de abertura dos capítulos

Tiago Eugenio dos Santos

Luiz Felipe Bezerra de Souza Barros

Ebbios

R595r            Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli – São Carlos: RiMa Editora, 2015.

528 p. il.

ISBN – 978-85-7656-037-1 - e-book

1. Sociologia dos desastres. 2. riscos socioambientais.  
3. conflitos sociais. 4. mudanças climáticas. 5. defesa civil.  
6. proteção civil. 7. questão social. 8. vulnerabilidade. 9. água.  
I. Autor. II. Título.

### COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

*RiMa*

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 32019169

## Sobre os autores

**Alessandra Nascimento Bernardo:** Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: ale.nbernardo@gmail.com

**Aline Silveira Viana:** Gerontóloga pela UFSCar. Mestre em Ciências – Programa em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP. Especialista em Informática em Saúde pela UNIFESP. Graduanda em Serviço Social pela UNIP. Foi membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Foi membro do Grupo de Pesquisa Saúde e Envelhecimento (UFSCar). Membro associado da Associação Brasileira de Gerontologia. E-mail: aline\_geronto@hotmail.com

**Antenora Maria da Mata Siqueira:** Assistente Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Professora do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense, onde fundou e coordena o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA). É professora do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil e coordenadora/professora da PGLS em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. E-mail: antenorams@gmail.com

**Antônio Miguel Vieira Monteiro:** Graduado em Engenharia Elétrica (UFES), mestre em Computação Aplicada (INPE) e doutor em Engenharia Eletrônica e Controle/Ciência da Computação (University of Sussex). Desde abril de 1985 atua na Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do INPE em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geotecnologias em Estudos Urbanos, Bancos de Dados Geográficos e Engenharia de Sistemas. E-mail: miguel@dpi.inpe.br

**Arthur Soffiati:** Graduado em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (1973), mestrado em Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é professor associado aposentado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História Social, com ênfase em História Ambiental. E-mail: as-netto@uol.com.br

**Cláudia Paola Cardozo:** Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas (Universidade Nacional de Salta – UNSa, Argentina). Mestre em Aplicações Espaciais de Alerta e Resposta a Emergências (Comissão Nacional de Atividades Espaciais, Argentina). Entre 2005-2010 foi pesquisadora do Instituto de Ecologia y Médio Ambiente Humano (INEAH – UNSa, Argentina). Entre 2008-2010, foi professora assistente em Ecologia (UNSa, Argentina). Atualmente é doutoranda em Sensoriamento Remoto (INPE-Brasil). E-mail: paola@dpi.inpe.br

**Cláudio Carneiro:** Membro da Diretoria da AVIT – Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (RJ). E-mail: claudio.carneiro@controplan.com.br

**Davi Barbosa do Nascimento:** Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: davidrins@hotmail.com

**Dora Vargas:** Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Pla-

nejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Atualmente é professora do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira de Juiz de Fora (MG) e assistente social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: doravargas@uol.com.br

**Edison Pessanha Braga:** Bombeiro militar desde 1977. Comandante dos Destacamentos de Bombeiros dos municípios de Itaocara e São João da Barra entre 2001-2002. Diretor do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Campos dos Goytacazes entre 2006-2008. Subsecretário municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes entre 2008-2015. Atualmente é diretor executivo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes. E-mail: edisonpbraga@yahoo.com.br

**Eymar Silva Sampaio Lopes:** Graduado em Engenharia Geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto (1990), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1994) e doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atualmente é auxiliar de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordena o projeto de desenvolvimento da plataforma de monitoramento, análise e alerta a riscos ambientais (TerraMA2). E-mail: eymar@dpi.inpe.br

**Jane Nunes:** Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Faculdade de Filosofia de Campos, RJ), pós-graduada em Gestão Municipal (Fundação Getúlio Vargas). Jornalista de carreira da Prefeitura de Campos desde 1986. Entre 1988-1990, foi editora geral do jornal *Folha da Manhã*. Secretária municipal de Desenvolvimento e Promoção Social entre 1993-2004. Atualmente, é jornalista cedida à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes. E-mail: chenunes@gmail.com

**Jocimar Gonçalves Lisboa:** Presidente da Associação de Moradores de Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: jocimarlisboa@hotmail.com

**Juliana T. Nazareno Mendes:** Assistente social. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Doutoranda em Geografia na UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF). E-mail: julianatnmendes@gmail.com

**Juliana Sartori:** Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL - Araraquara). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental na Universidade de São Paulo (EESC/USP). Foi integrante do Grupo de Pesquisa "Sociedade e Recursos Hídricos" e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). E-mail: sartoriju@gmail.com

**Layla Stassun Antonio:** Cientista social (UFSCar) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: stassun.layla@gmail.com

**Leticia Aparecida Rocha:** Pedagoga (PUC-MINAS, 2009). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes. Documentarista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CPT/MG). Assessora do Movimento dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais. E-mail: leticiarocheidp@gmail.com

**Luana Fernandes dos Santos Azeredo:** Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduanda em Serviço Social Contemporâneo pela UFF. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica social do Programa de Educação Ambiental da Petrobras na Bacia de Campos. E-mail: luana.fernandes.rr@gmail.com

**Luciano Lourenço:** Doutorado em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é professor associado com agregação e diretor do Curso de Geografia do 1º Ciclo. Possui mais de três centenas de títulos publicados, sendo diretor da revista *Territorium* e das séries de publicações “Geografia[s]” e “Riscos e Catástrofes”, publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra. É diretor do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF), coordenador nacional do Projeto de Sensibilização e Educação da População Escolar (PROSEPE) e coordenador do Grupo 1 - Natureza e Dinâmicas Ambientais e da Linha 2 - Riscos Naturais e Antrópicos, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), das Universidades de Coimbra, Porto e Minho, e presidente da direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. E-mail: luciano@uc.pt

**Marcello Silva da Costa:** Coronel bombeiro militar (combatente) e secretário da Secretaria de Defesa Civil e Políticas de Segurança da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ). Graduado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros (ESFAO-CBMERJ/1993); pós-graduado em Gerenciamento Estratégico nas Organizações (FESP/2009) e em Administração Escolar (Universidade Gama Filho/2002). E-mail: tcsilvacosta@gmail.com

**Marco Antonio Sampaio Malagoli:** Professor doutor em Psicologia Social e mestre em Recursos Florestais pela USP, professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (RJ). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA/UFF Campos). E-mail: marcomalagodi@id.uff.br

**Mário Augusto Vicente Malaquias:** Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP e promotor de justiça de Habitação e Urbanismo na Comarca da Capital (São Paulo), Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: mariomalaquias@mpsp.mp.br

**Neusa Francisca Nascimento:** Socióloga - UNIMONTES, 2001. Agente do Conselho Pastoral dos Pescadores. E-mail: neusafranc@gmail.com

**Norma Valencio:** Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Professora aposentada do Departamento de Sociologia da UFSCar, onde fundou e coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP, onde leciona, pesquisa e orienta em Sociologia dos Desastres. É consultora científica em segurança humana e desastres, especialmente na área de defesa civil e proteção civil. E-mail: normaf@terra.com.br

**Renzo Taddei:** Professor da UNIFESP, onde atua no Departamento de Ciências do Mar, campus Baixada Santista, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, campus Guarulhos. Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (LISTA). Doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia, Nova York. É pesquisador associado do Comitatus Institute for

Anthropological Study e do Center for Research on Environmental Decisions, na Universidade de Columbia, em Nova York. E-mail: renzotaddei@gmail.com

**Roberto do Carmo:** Sociólogo, mestre em Sociologia e doutor em Demografia, com pós-doutorado na área de População, Ambiente e Distribuição Espacial. Professor do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), bolsista produtividade do CNPq. E-mail: roberto@nepo.unicamp.br

**Samira Younes Ibrahim:** Psicóloga e psicoterapeuta humanista-transpessoal. Coordenadora da Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das Emergências e Desastres. Facilitadora de grupos e consultora na área hospitalar. Docente de Pós-graduação de Enfermagem em Nefrologia e pós-graduanda em Gerenciamento de Crises. E-mail: samirayounes@gmail.com

**Sérgio Portella:** Doutorando do Programa de Doutorado “Território, Riscos e Políticas Públicas”, oferecido pela Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade de Aveiro, Portugal (conclusão: dezembro/2015). Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (RJ). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é assessor da presidência da Fundação Oswaldo Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres em Saúde (CEPEDES/FIOCRUZ). Secretário executivo da Rede Nacional de Pesquisadores em Desastres. E-mail: sपोर्टella@gmail.com

**Simone Santos Oliveira:** Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (2012); doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2007); mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1995) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1985). Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). E-mail: sssoliver@gmail.com

**Thaís Lopes Côrtes:** Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Membro do Grupo de Estudos sobre Exercício Profissional do Serviço Social (GETEPSS/UFF Campos). E-mail: thaíslopescoertes@gmail.com

**Virgínia Garcia Acosta:** Antropóloga social e historiadora mexicana. Professora-pesquisadora do CIESAS (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social) desde 1974, tendo sido sua diretora acadêmica de 1997 a 2000 e subdiretora geral de 2004 a 2014. Membro da Academia Mexicana de la Historia, na qual ocupa a cadeira número 5, membro regular da Academia Mexicana de Ciencias e do Sistema Nacional de Investigadores. Áreas de especialidade: antropologia e história dos desastres e da alimentação. Publicou, como autora individual ou coordenadora, 24 livros e uma centena de artigos ou capítulos de livro no México e no estrangeiro. E-mail: vgarciaa@ciesas.edu.mx

# Sumário

Apresentação ..... xi

## Seção I

### **Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências**

Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização ..... 3  
*Luciano Lourenço*

La construcción social de la prevención. Un concepto  
en construcción ..... 45  
*Virginia García-Acosta*

Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas ..... 57  
*Antenora Maria da Mata Siqueira*

Desastres normais: das raízes aos rumos de uma  
dinâmica tecnopolítica perversa ..... 79  
*Norma Valencio*

## Seção II

### **Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares**

Reino da necessidade *versus* reino dos direitos: desafios e  
impasses ao assistente social em contextos de desastres ..... 123  
*Dora Vargas*

O ato de habitar a partir de um programa habitacional1 ..... 141  
*Juliana Nazareno Mendes*

Norma e anomalia em fenômenos climáticos na ecorregião  
de São Tomé ..... 161  
*Arthur Soffiati*

A liberdade se equipara à vida ..... 187  
*Sergio Portella*

Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia ..... 205  
*Marco Antonio Sampaio Malagoli*

Sentidos territoriais: a paisagem como mediação em novas abordagens metodológicas para os estudos integrados em riscos de desastres ....	229
<i>Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo, Eymar Silva Sampaio Lopes</i>	
O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares no contexto de desastre: o caso de Teresópolis (RJ) .....	261
<i>Aline Silveira Viana</i>	
Experiência e produção de saberes, possibilidades de superação das vulnerabilidades: reflexões acerca do desastre da região serrana do Rio de Janeiro .....	291
<i>Simone Santos Oliveira</i>	
O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres) .....	311
<i>Renzo Taddei</i>	
População, riscos, vulnerabilidades e desastres: conceitos básicos .....	327
<i>Roberto Luiz do Carmo</i>	
Rede socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água .....	335
<i>Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo, Thaís Lopes Côrtes</i>	
Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes .....	355
<i>Layla Stassun Antonio</i>	
Memória social: fragmentos de um desastre .....	373
<i>Juliana Sartori</i>	

### Seção III

#### Interpretações do meio técnico e da sociedade civil organizada

Serviço Municipal de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em favor das vítimas de desastres .....	389
<i>Marcello Silva da Costa</i>	
O trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo: contribuições para o anteprojeto de Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo .....	407
<i>Mário Augusto Vicente Malaquias</i>	

A empatia no olho do furacão .....	415
<i>Samira Younes-Ibrahim</i>	
Memória da Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (AVIT) .....	431
<i>Cláudio Carneiro</i>	
O desastre das águas em Ururaí: visão da Associação de Moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum .....	437
<i>Jocimar Gonçalves Lisboa</i>	
Escassez da água? O ônus da não preservação das águas do “Velho Chico” .....	461
<i>Letícia Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento</i>	
Perigos ambientais e políticos relacionados com a água na Baixada Campista, pela visão da reforma agrária: “uma coisa tá ligada à outra” .....	481
<i>David Barbosa do Nascimento</i>	
Ações técnicas e governamentais no contexto de enchentes em Campos dos Goytacazes/RJ .....	509
<i>Edison Pessanha</i>	



# Apresentação

Das várias ambiguidades que demarcam a vida social contemporânea, uma, em especial, chama a atenção: a que revela, pelos vários sistemas de objetos tecnológicos que cercam a vida cotidiana, que estamos plenamente imersos na Era da Informação, mas que, contraditoriamente, joga sobre nós um *tsunami* de informação sobre banalidades. Isso nos satura de tal sorte que a alienação decorrente não permite saltos qualitativos na difusão e apreensão do pensamento crítico, tampouco seus desdobramentos na melhoria do bem-estar social.

*O mal-estar da civilização* a que se referiu Freud há quase um século (1930) – como sendo, dentre outros aspectos, uma consciência cultural de culpa que impossibilita extrair felicidade de progresso técnico extraordinário – mostra-nos sua culminância neste início do século XXI: a ciência e a técnica humanas parecem poder levar-nos muito longe, como espécie, seja ultrapassando o Sistema Solar, seja interseccionando realidades presenciais e virtuais; porém, a lógica econômica concentracionista e as práticas políticas dominantes não permitiram que combatêssemos a contento a insegurança alimentar e hídrica a qual estão submetidas bilhões de pessoas ao redor do mundo. Freud entendia *civilização* como “*a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si*”. Contudo, adentramos o presente século com uma expiação civilizatória a cumprir, derivada do relativo consenso, na comunidade científica, de que as mudanças climáticas globais – e os eventos severos e extremos decorrentes – têm fortes causas antropogênicas. Os exuberantes avanços técnicos para controlar a natureza e pô-la a nosso serviço acarretaram efeitos colaterais que nos exigem reinventar os caminhos civilizatórios nas próximas décadas. Urge fazê-lo e, no entanto, segundo os especialistas, isso não nos livrará de um interstício no qual teremos de padecer entre riscos incomensuráveis e desastres catastróficos.

Tal contexto adverso coloca os riscos de desastres na mira daquilo que podemos discutir e tratar mais imediatamente, em termos preparativos e de resposta, por meio da mobilização de vários sujeitos, em diferentes escalas de inserção, com diferentes saberes e poderes úteis para proteger e resguardar os bens mais preciosos, segundo a escala de valores dos distintos grupos envolvidos. Isso torna atualíssima uma pauta de fortalecimento da ideia de proteção civil, de cuidado, de cidadania e de justiça. Entretanto, para lidar com essa pauta, com a seriedade com que a mesma merece ser

tratada, seria necessário um compromisso de suplantação da superficialidade em torno da informação. Não apenas do detalhamento do funcionamento da dinâmica ecossistêmica e da base física dependeria o sucesso da mitigação de prováveis danos e perdas coletivos e de grande monta, mas, sobretudo, de um tratamento analítico aprofundado acerca das especificidades socioculturais, sociopolíticas, socioeconômicas e psicossociais dos vários lugares e sujeitos sociais fragilizados.

Ter em conta, centralmente, a perspectiva das Humanidades para lançar luzes sobre o referido problema e refletir sobre as possibilidades de mudança, num contrabalanço ao debate atual excessivamente tecnicista e das ciências duras, é indispensável, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessa sociedade multifacetada é que produzem e que serão perturbadas por tais crises. Os códigos de linguagem das Humanidades aproximam-nas do cerne dos graves desafios que poderão ser experimentados dentro em breve, assim como faz uma ponte importante, e de múltiplos acessos, junto àqueles que podem se reconhecer como parte do problema, como parte dos sistemas formais e informais de responsabilização gradual e, portanto, capazes de interagir, de modo consciente e consentido, com uma cota do esforço mobilizador em prol da proteção coletiva. Essa poderia ser uma oportunidade ímpar para que os sujeitos silenciados e degradados socialmente, ao longo da história (global, nacional, local), pudessem se exprimir livremente acerca das camadas de injustiças socioambientais que provocaram sua vulnerabilidade desproporcional; uma vez que tais desnivelamentos são passíveis de constatação, a discussão sobre estratégias de evitação de tragédias teria de perpassar medidas compensatórias aos mesmos. Daí por que a busca pelos fundamentos disciplinares – teóricos, conceituais e metodológicos – das Humanidades ser um ponto de partida à altura de tais desafios.

Apesar dessa imprescindível abordagem, ainda são raríssimos, no Brasil, os espaços de discussão sobre os riscos de desastres desde a perspectiva das Humanidades. Esta coletânea foi construída, assim, como uma dessas escassas oportunidades de reflexão aprofundada. Nela são reafirmadas ideias, mas também são trazidos novos elementos de reflexões, daquilo que foi discutido no Seminário Internacional **RISCOS DE DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**, ocorrido na Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, em novembro de 2014, numa parceria entre o NESA/UFF e o NEPED/DS/UFSCar.

De um lado, os autores aqui reunidos clarificam a problemática supramencionada e apresentam aspectos da valiosa contribuição de suas *disciplinas científicas* de origem – a saber, o serviço social, a sociologia, a antropologia, a geografia, a história, a gerontologia, a demografia –, além da contribuição inestimável dos *saberes empíricos* – oriundos de lideranças comunitárias de povos tradicionais e de movimentos rurais, de periferias urbanas e de afetados nos desastres –, de *saberes profissionais* – como da área da psicologia – e *saberes técnicos* – da área do direito e de defesa civil.

Cada qual trouxe uma visão, no mais das vezes, complementar, mas também controversa, sobre esse objeto complexo que é o dos *riscos de desastres relacionados à água*. Riscos se referem a uma vasta gama de relações socioambientais que podem, de modo súbito ou processual, entrar em descompasso, suscitando perturbações de diferentes intensidades na vida prática de uma dada coletividade, a qual, por seu turno, apresenta diferentes condições de preparação para enfrentá-los. *Desastres* sinalizam que esse algo é uma ocorrência socialmente muito adversa, com danos e prejuízos não somente coletivos, mas de difícil recuperação. E, se são *relacionados à água*, trata-se de possibilidades de perturbações socioambientais graves nas quais, sob diferentes modos – formas de manifestação, de acesso, de disponibilidade e de qualidade –, esse elemento natural aparece como fulcral nas relações sociais de coesão ou de conflito. De modo geral, os proponentes sinalizam, em suas reflexões, que os desastres manifestos e os riscos de desastres são problemas da maior importância e deveriam merecer prioridade de tratamento. Isso porque a realidade concreta e os estudos apontam para seu processo de incremento, seja em virtude dos episódios passados, que deixaram feridas mal cicatrizadas, seja porque a dinâmica espacial atual está em rota de colisão com os limites ecossistêmicos, já num ponto de não retorno.

Ademais, mais se sabe sobre esse objeto se uma abordagem polissêmica for favorecida, tal como se buscou no conjunto desta obra, o que, a nosso ver, se coaduna com a heterogeneidade socioambiental do país e, ainda, permite que casos e questões que transcendem o espaço geográfico brasileiro sejam trazidos para subsidiar o exercício de aplicação da base conceitual e metodológica à nossa realidade.

Pode-se dizer que os 25 capítulos que compõem esta coletânea orientaram sua contribuição, no geral, para a constituição de um necessário “glossário humanístico” para o entendimento dos riscos de desastres; quiçá, em prol do melhoramento do glossário ora excessivamente tecnicista de defesa civil e, assim, provocando uma reorientação da marcha

interpretativa para que a mesma sirva melhor à proteção civil. Nesse intento, as contribuições foram divididas em três seções.

A primeira seção, intitulada *Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências*, reúne, em seus respectivos capítulos, as contribuições de quatro autores de três diferentes países (Portugal, México e Brasil) – Luciano Lourenço (Universidade de Coimbra), Virgínia Garcia-Acosta (CIESAS), Antenora Siqueira (UFF) e Norma Valencio (USP) – e tem por foco trazer as diretrizes conceituais de cunho mais geral, respectivamente, da geografia, da antropologia, do serviço social e da sociologia sobre o tema dos riscos e dos desastres.

A segunda seção, *Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares*, traz as mesmas matrizes disciplinares acima e outras – como a história, a demografia, a gerontologia – e visa dar maior clareza sobre como as reflexões de caráter mais conceitual e metodológico se articulam com a análise de casos concretos em que as estiagens, secas, enchentes e inundações contextualizam as tensões sociais, os desafios à prática profissional, na configuração do espaço, como também na busca de novos eixos para a solidariedade entre humanos e além deles, como, por exemplo, com animais. São treze os capítulos reunidos nessa seção, cujos autores são oriundos de sete diferentes instituições brasileiras, a saber: Dora Vargas (UNIVERSO), Juliana Mendes (UFF), Arthur Soffiati (UFF), Sérgio Portella (Fiocruz), Marco Malagoli (UFF), Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo e Eymar Silva Sampaio Lopes (INPE), Aline Silveira Viana (USP), Simone Oliveira (Fiocruz), Renzo Taddei (UNIFESP), Roberto do Carmo (UNICAMP), Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo e Thaís Lopes Côrtes (UFF), Layla Stassun Antonio (USP) e Juliana Sartori (USP).

Por fim, a terceira e última seção traz as *Interpretações do meio profissional, técnico e da sociedade civil organizada* sobre os riscos e desastres, sendo oito capítulos produzidos por autores de oito diferentes inserções institucionais e comunitárias, a saber: Marcello Silva Costa (Secretaria Municipal de Defesa Civil de Duque de Caxias/RJ), Mário Augusto Vicente Malaquias (Ministério Público do Estado de São Paulo), Samira Younes Ibrahim (Rede de Cuidados – Psicologia das Emergências e Desastres/RJ), Cláudio Carneiro (AVIT), Jocimar Gonçalves Lisboa (Associação de Moradores de Ururaí, em entrevista a Marco Malagoli), Letícia Aparecida Rocha e Neusa Francisca Nascimento (UNIMONTES e Conselho Pastoral da Pesca/MG), Davi Barbosa do Nascimento (Associação de

Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Barbosa/Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Marco Malogoli) e, por fim Edison Pessanha (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Jane Nunes).

Esperamos, assim, que o valor que porventura o leitor possa identificar em cada capítulo, que é uma expressão amostral de uma bagagem interpretativa mais vasta do respectivo autor sobre o problema, não o impeça de buscar o enovelamento entre as contribuições, as quais, em última instância, apontam para as incongruências e contradições do humano, na tessitura sócio-histórica de seu espaço e de suas relações sociais, desde o nível intersubjetivo ao de caráter institucional. Os autores apontam para o humano para nele, em seguida, fazer uma aposta mediante as inúmeras possibilidades de mudança de mentalidade, de luta e de enfrentamento visando ao rompimento com um destino coletivo potencialmente trágico.

Boa leitura!

Os organizadores



# **O desastre das águas em Ururá: visão da Associação de Moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum**

**Jocimar Gonçalves Lisboa<sup>1</sup>**

---

Ururá é uma localidade do município de Campos dos Goytacazes, na região norte do estado do Rio de Janeiro, onde há um rio de mesmo nome, o rio Ururá. Em 2008 ficou reconhecida nacionalmente na mídia a enchente que assolou as casas dos moradores, tanto nas proximidades da região ribeirinha quanto na antiga Vila, entre a linha férrea e a BR-101,<sup>2</sup> onde já existia o risco de atropelamentos por automóveis que ali invadiam ao perderem o controle da direção. O trecho a seguir foi constituído a partir de relatos de moradores que vivenciaram tais dias; pessoas que perderam seus pertences e que foram impedidos de retornar às suas casas por vários dias. Mas que, acima de tudo, venceram todas as circunstâncias em unidade e com superação.

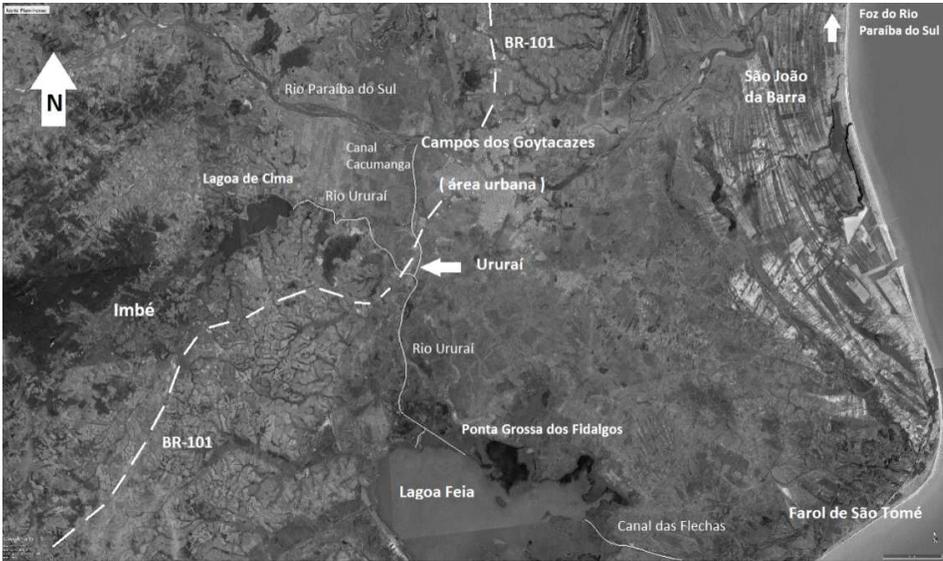
## **O desastre: durante a enchente**

Chovia havia alguns dias, ininterruptamente. A população do bairro de Ururá – já bastante habituada às enchentes, constantes, no período das chuvas – encarava a situação como apenas um dia normal. No entanto, durante a madrugada do dia 1º de novembro de 2008, todos foram surpreendidos. Em virtude das características geográficas da área, o córrego que corta o bairro – o canal Cacumanga – levou as águas muito acima do nível esperado, algo que jamais havia acontecido anteriormente. Desesperados, e ainda atordoados pelo despertar repentino, os moradores tentavam abrigar seus pertences em locais seguros, sem sucesso; a água continuava a subir. Sem muitos recursos e alternativas, até mesmo o acostamento da BR-101 deu lugar aos fogões, geladeiras, colchões e tudo o mais quanto podiam salvar. A Defesa Civil, ao lado dos moradores, prestava auxílio; barcos e botes foram utilizados, e as pessoas com menos mobilidade eram resgatadas e levadas para abrigos.

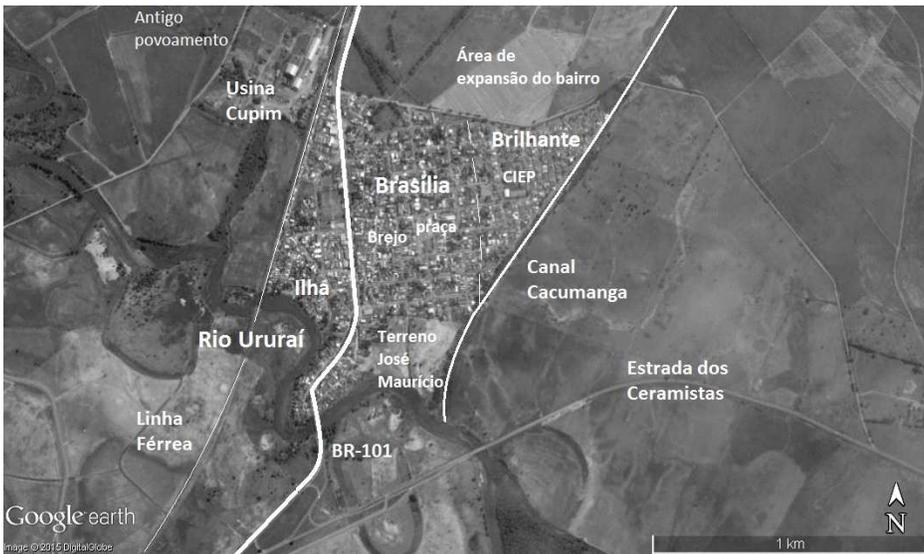
---

1. Morador de Ururá e presidente da Associação de Moradores de Ururá

2. A BR-101 atravessa a localidade de Ururá.



**Imagem 1** Localização de Ururái no Norte Fluminense (adaptado por Marco Malagoli a partir do *Google Earth* – junho de 2015).



**Imagem 2** Algumas das referências no bairro de Ururái citadas por Jocimar (adaptado por Marco Malagoli a partir do *Google Earth* – junho de 2015).

Ao amanhecer, a visão surpreendeu a todos. As águas – que alcançavam cerca de 1,70 metro nas áreas mais afetadas – haviam inundado casas, encoberto muros e encostas. Pessoas ilhadas, móveis espalhados pelas áreas secas, dor e tristeza; era possível ver a devastação causada pela enchente. As águas só foram totalmente escoadas, com sucesso, dias depois, com a remoção dos diques da Lagoa Feia. Como resultado dessa grande tragédia, casas foram condenadas pela Defesa Civil – algumas até mesmo demolidas – e moradores precisaram ser removidos para conjuntos de habitação popular da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Soma-se, ainda, a morte de um morador que contraiu leptospirose pelo contato com as águas.

Hoje, obras de pavimentação foram feitas na região, e nota-se grande melhoria. Não obstante, mesmo sete anos após o ocorrido, ainda há pessoas restaurando suas casas e enchentes de menor porte tornaram a assolar a população.

## O desastre: detalhando os períodos anterior e posterior à enchente<sup>3</sup>

*E: Jocimar, qual é a sua visão – como morador do bairro e presidente da Associação – com relação aos desastres, às inundações que aconteceram em Campos dos Goytacazes, especificamente aqui em Ururá em 2008? Peço também que você se apresente brevemente.*

**Jocimar:** Bom, meu nome é Jocimar Gonçalves Lisboa, assumi a Associação de Moradores no final de 2013, junto aqui à comunidade, que me confiaram aqui nesta posição, e tenho levado várias reivindicações do bairro pro poder público... pras melhorias acontecerem. Mas, falando do evento de 2008, naquelas enchentes que ocorreram, é claro que ali teve uma situação atípica, que foram os diques, que ocasionou uma proporção maior de águas principalmente na área do “Brilhante” [subdivisão interna da localidade], que elevou ali mais ou menos 1,70 metro dentro das casas...

---

3. Entrevista concedida a Marco Malagoli em 01/04/2015, em Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ), na casa de Jocimar Lisboa. O material desta entrevista foi editado pelo entrevistador (E), que precisou reduzir o texto, retirando parte de suas intervenções, diminuindo marcas da linguagem coloquial quando estas dificultavam a leitura, retirando repetições, trechos de difícil compreensão e outros fragmentos da transcrição original, além de fazer algumas poucas alterações ortográficas e adicionar breves explicações entre colchetes, quando julgou adequado. Esta edição foi posteriormente revisada e aprovada por Jocimar.

**E:** *O que eram esses diques?*

**Jocimar:** Esses diques, na verdade, foram as construções de barragens que foram feitas nas fazendas, lá próximo da Lagoa Feia, ali perto da área dos Fidalgos [localidade de Ponta Grossa dos Fidalgos], e os fazendeiros ali construíram esses diques<sup>4</sup> pra uso e benefício deles, pra não alagar os pastos. E acabou que... acarretou pra dentro de Ururaí essa água... quando começou lá as cheias desde o rio Imbé e veio jogando [pra cá]. Mas o problema maior que ocorreu no Brilhante é que existe esse canal Cacumanga, que é um córrego que entra pro rio Ururaí, mas que na verdade acaba invertendo essa situação [na enchente]: acaba que o rio Ururaí vem pra dentro do canal Cacumanga. Com essas cheias que acontecem rotineiramente também em final de ano, acontece isso. O Brilhante aconteceu na época das casas do BNH [Banco Nacional da Habitação], nos anos 1980, e não foi feito estudo pra ver a geografia dessa região, que era uma região alagada. Muitos anos atrás, ali não existia nenhuma casa... ela sempre tinha água ali, o pessoal sempre comenta... os antigos dizem que ali era um local que tinha “tabua”, que é uma planta que dá nesses lugares de açude. E eles simplesmente foram ali aterrando, mas numa forma que é a seguinte: não chegou até o mesmo nível daqui do local que nós estamos, que é a “Brasília” [outro setor da localidade]. Na verdade, essa região que nós estamos aqui, que é a região da praça de Ururaí, não foi inundada, porque essa região aqui é uma região alta, ela fica quase no nível da BR-101. Se a gente olhar para o Brilhante, vai ver que ele tá lá embaixo e que a BR-101 está no nível dessa área aqui. Porque a parte do “Brejo”, que é um local também que acaba enchendo – o nome já se fala, brejo –, que é ali a área da “Raia”, essa área inunda com frequência também, em virtude de que já é um local propício a isso mesmo. Foram construídas casas ali, ainda que de forma irregular, ali foi invadido, ali era área só da usina,<sup>5</sup> mas não podia utilizar nada ali porque era lugar que sempre foi de água. E o pessoal foi começando a fazer... construindo casa. Quando não se tem casa e inunda, não há problema pra ninguém. Mas quando começa a construir e começa a inundar, começa a ver a água vindo, eles sentem que “agora é problema”, porque agora ali tem famílias morando ali naquela localidade. Mas era localidade que não deveria morar ninguém. Mas na época em que a usina fazia um trabalho no rio Ururaí, no sentido da irrigação que ela fazia, ela captava a água do rio Ururaí pro trabalho da indústria, pra fa-

---

4. Diques feitos por fazendeiros a jusante da localidade de Ururaí que teriam dificultado o espraçamento das águas da enchente ao longo do rio Ururaí e nas margens da Lagoa Feia, que recebe suas águas.

5. Usina Cupim, de produção de açúcar, que hoje não está mais em funcionamento.

bricação do açúcar. A usina cuidava desse rio no sentido de manutenção, com dragagem, preparando... Até mesmo no valão Cacumanga ela fazia esse trabalho também. Porque ali tem uma vala saindo da usina, que passa por debaixo da BR-101 e que vem até o valão Cacumanga. A usina captava água num lugar chamado “Burrinho”, e ela vinha por uma canaleta bombeada pra dentro da usina, fazia todo o processo de industrialização. Após todo esse processo, a água vinha e escoava por essa vala que passa por baixo da BR-101... pra fazer irrigação dos canaviais. E também o canal Cacumanga recebia essa água. E a usina, sabendo que ela precisava utilizar isso aí, ela cuidava também do valão Cacumanga, com dragagem também. E isso ajudava muito o bairro, porque esse valão, ele era mais fundo. Quando houve o fechamento da usina, isso fez com que o valão fosse tomado por uma parte de terra, matos... e ele ficou num nível que qualquer água que vem do rio Ururaí com as enchentes entra na localidade do Brilhante. Porque o nível... a geografia, é abaixo. A geografia mais perfeita que temos aqui no bairro de Ururaí, nessa localidade do Brilhante, é o Brizolão, o “CIEP Ururaí”. Ele tá um metro acima das ruas [que o circundam]. Então essa metragem faz com que não chegue água ali. Para você ter ideia, quando o Brilhante ficou inundado, [as famílias de] outro local que sempre inundou, que fica na parte chamada “ribeirinha”, a Ilha, a parte da Rua Silvio Codeço, da Júlia Boyanard, por ali naquela região, elas vieram para o Brizolão, se abrigaram nele. Quando elas estavam lá, a água, de uma proporção tão grande que veio pelo canal Cacumanga, encheu o Brilhante, que ficou ilhado, e teve de retirar as famílias ali às pressas, porque muitos ali saíram até de barco, outros saíram a pé mesmo na água, com todo esse problema aí. Mas foi ali uma situação muito complicada, porque não dava nem pra entrar mais caminhão pra retirar aqueles móveis todos, os pertences dos familiares que ali se encontravam. Mas aí as famílias foram deslocadas, jogaram as famílias do Brilhante para o Dom Otaviano, sendo que o Dom Otaviano – que é uma escola também do Estado [as duas do Estado que aqui se encontram são o D. Otaviano e o Brizolão] – não tinha mais como suportar o número de pessoas, até porque foram muitas famílias. Praticamente, mais de 80% do bairro foi tomado de água. Mas aí teve que retirar essas pessoas que estavam no Dom Otaviano, para o Parque Aurora, que é uma localidade totalmente diferente, até da cultura, daqui do bairro de Ururaí. Distante mais de 10 km, até chegar ao Parque Aurora aproxima-se aí uns 15-17 km por estrada. Então, ali juntou famílias que moravam no Brilhante, famílias que moravam na Ilha – na área ribeirinha –, famílias que moravam próximo à ponte do Ururaí (que também é ribeirinha), famílias que moravam na Margem da Linha (a antiga Vila).

Então, juntou várias famílias, pessoas com pensamentos diferentes, pessoas com atitudes diferentes. Ali também tinham pessoas do próprio bairro Parque Aurora... Então, imagina como que ficou a mente... as pessoas ficavam mentalizando o seguinte: já com o problema da casa estar inundada, perdendo-se todos os seus pertences, sem condição pra tá levando seus próprios filhos para um lugar seguro, porque eles não tinham condições, eles foram forçados a sair de onde é o local deles, o habitat deles normal. Então, é diferente quando você compra uma casa num outro bairro: você já foi porque você programou, foi organizado. Mas aí, olha só, como que ficou a situação – e eu não passei por essa situação porque a minha rua fica aqui na praça, o local que não inundou, mas ficamos ilhados aqui também. Mas aqueles familiares que foram deslocados, eles com certeza sofreram muito, o psicológico, ali acarretou uma série de problemas para as famílias. E agora falando já de Ururaí hoje... dessa questão aí...

*E: Antes de você falar sobre hoje, eu queria saber um pouco mais daquele momento, o que você poderia contar pra gente da organização comunitária, lá em 2008, quando aconteceu esse evento: a questão dos abrigos, a questão dos bens, a comunicação, a informação, o atendimento público... Como é que você vê a comunidade na época?*

**Jocimar:** Na época, até o próprio município estava passando por uma situação muito crítica. Problemas de transição de governo, pra tá arrumando a prefeitura, e ali as famílias... uma dificuldade muito grande que aconteceu foi que eles tiveram que alugar caminhões [para retirar as famílias e seus bens]. [Na enchente] de 2008, o bairro de Ururaí ficou aí com mais ou menos uns 20, 30 caminhões aqui, aguardando. Houve uma série de dificuldades, mas a realidade é que os moradores em si, eles foram assim... um ajudando o outro, tinha um “trabalho de formiguinha”. Muitos moradores aqui têm barcos, pescam, uns usam como *hobby* deles, e aí começou um ajudando o outro, um levando pra casa do outro, tipo assim: “ah, lá em casa não tem água... vamos pra minha casa”. Um morador daqui tinha casa em outro local, já pegou aquele morador que ele viu que tava numa situação difícil, já levou pra uma casa dele em outro bairro. Mas, aqui, na verdade, o trabalho mais importante foi comunitário. E essa união falou mais alto aqui dentro da nossa comunidade. O bairro de Ururaí... as pessoas aqui... praticamente aqui em Ururaí, a maioria são famílias, são parentes, porque um é irmão de não-sei-de-quem, que é cunhado de não-sei-de-quem, que por sua vez é sobrinho de não-sei-de-quem, que já é filho de um morador dos anos [19]50, dos anos [19]20 aqui... que já conhece

aquele outro... Então, por mais que não tenha uma ligação, um vínculo sanguíneo, mas tem um vínculo de amizade, de conhecer um ao outro, e acaba criando aquele vínculo familiar, mesmo não sendo parente, mas eles acabam criando esse “vínculo de parentesco” ... não é do mesmo sangue, mas é do mesmo bairro. Somos seres humanos aqui da mesma localidade, entendeu? Então, essa união foi muito bacana, trabalhou bem na época. A comunidade de Ururaí, em 2008, ela ficou de parabéns pelo atendimento comunitário, a solidariedade aqui funcionou muito bem, não tivemos nenhuma dificuldade quanto a isso. E a comunidade de Ururaí sempre trabalhou nesse sentido, de um tá aderindo ao outro: precisou resolver, vamos resolver logo todo mundo junto. Até porque, na época da usina, a maioria aqui, mais de 70% trabalhava na usina. Então, a própria usina criou esse vínculo. Teve muitas famílias aqui [pra quem] ela doou o terreno... porque já era trabalhador na usina... a usina foi um ponto muito importante aqui na nossa localidade. [Quando] fechou a usina, praticamente Ururaí ficou muito dependente... Ururaí hoje é um bairro carente demais, carente pelo poder público, carente por não ter mais essa usina que era muito importante na época do bairro. A usina fazia um trabalho muito importante no sentido das crianças poderem ser beneficiadas nos momentos de festividades, finais de ano, dia 1º de maio, reunia-se todo mundo ali. Aqui, cada um torce para um time, mas naquele momento todo mundo se ajuntava pra confraternizar o dia do trabalhador, que era um dia muito marcante dentro do nosso bairro... Deixou de existir esse dia, em virtude até mesmo do fechamento da usina. E hoje a gente... está aí, vê [que] a carência é muito grande, muito carente mesmo, a gente hoje sofre bastante com essa carência do bairro.

*E: Jocimar, eu gostaria de te perguntar um pouco mais sobre os abrigos: a população que não conseguia estar nessa rede, dos familiares, e [que] tinha que ir pros abrigos. E você falou que... misturavam muitas culturas diferentes, modos de pensar. O que você consegue trazer de lembrança de algumas situações mais difíceis que aconteceram dentro dos abrigos, com relação a essa convivência, a esse atendimento da Defesa Civil, como é que funcionava isso?*

**Jocimar:** Na verdade, até... por meio da organização. Não houve assim uma organização no sentido dos materiais que eram fornecidos pros moradores que estavam ali naquele momento tão crítico... Porque ali eles precisavam de tudo, né. Precisavam de uma assistente social no local, e não tinha uma assistente social ali presente pra poder prestar esse apoio para os moradores naquele momento tão crítico... A distribuição de materiais

que eram doados, eles não chegavam muitas das vezes para as pessoas que estavam necessitadas ali mesmo. Porque, imagine só: as pessoas, elas têm a casa inundada, muitas perderam aquilo que tinham, ficaram apenas com a roupa do corpo ou com algumas peças; crianças pequenas ou recém-nascidas, aí você tem que ter o alimento para a criança, sem contar que a pessoa ainda tem que sair pra trabalhar. Aí, imagine, uma família de um casal que trabalha, os dois têm que sair daquele abrigo, daquele momento tão crítico, pra ter que ir trabalhar, pra buscar o alimento pros filhos, sem condição pra fazer isso, o psicológico totalmente abalado, todas aquelas dificuldades, as crianças não tinham nada, nenhum lazer, não tinha como. Naquele momento ali, que eles ficaram ali, eles passaram por muitas situações críticas, em virtude até do atendimento do poder público, porque não havia uma organização mesmo. Na verdade, o município de Campos não estava preparado para aquele momento, pra aquele acontecimento; para eles aquilo ali até surpreendeu o próprio município. Mas... os que sofreram os danos foram os moradores, que ficaram ali à mercê de situações... tinham pessoas ali que se aproveitavam da situação e furtavam... As pessoas já tinham perdido tudo, e o mínimo que eles recebiam do poder público ou de pessoas que vinham doar, eles acabavam até perdendo aquilo ali. Sem contar também o armazenamento daquilo ali, como que eles estavam, na forma de cozinhar, tiveram que cozinhar ali... usar até o próprio tijolo pra fazer fogareiro...

*E: Não tinha uma cozinheira, uma equipe...?*

**Jocimar:** Não tinha uma equipe de cozinha. Eu acho que isso aí, até o próprio governo deveria ver essa situação e criar um mecanismo pra esses eventos, pra quando houvesse um evento desses ter uma equipe dentro da própria Secretaria de Assistência e Família, pra tá prestando esse atendimento... Hoje tem esse programa das casas, “Morar Feliz” [programa municipal de moradias populares], que é um programa muito bacana, mas falta “máquina”, falta mover algo pra dar uma assistência, que, na verdade, a “Assistência e Família” é uma Secretaria que é pra dar assistência às famílias, e muitas das famílias [daqui] estão hoje nesse Morar Feliz, mas eu não vejo a assistência. Porque, veja bem, eu até tinha conversado contigo uma época que, no mar, já existe o peixe lá da água salgada, o habitat dele natural é a água salgada. Se você pega, tira aquele peixe, mesmo que você leve ele pra uma água, mas que essa água seja doce, ou seja, uma água de rio, aquele peixe não vai sobreviver ali. Vai chegar a um certo ponto em que ele vai morrer, ele não vai aguentar mais, ou vai chegar a um estágio

que aquele peixe vai estar agonizando ali. De repente, você pode conseguir até retirar ele individualmente. Mas aí, vamos trazer pra pessoa: por maior dificuldade que a pessoa tenha, no caso de estar morando num local, tipo a “Margem da Linha” [moradias construídas à beira da linha do trem], tem pessoas que viveram ali por mais de 50 anos. Mas aí você levou ela pra uma outra área que não tem nada a ver com o “habitat natural” dela...

Porque, quando essas pessoas se deslocaram para o Morar Feliz, que colocaram elas lá, a gente não vê um trabalho no sentido de cultura. Prioridade: escola, pra que as crianças possam ter acesso à escola ali naquele local. As crianças que estudam têm que ser [acabam sendo] colocadas em um ônibus pra ir pra outra região, pra ir pra outra cultura de pessoas que pensam diferente. Elas têm que [acabam tendo que] ir viver numa área que não tem nada a ver com a área dela. Até porque, na área em que ela foi colocada pra morar... o local que ela pode brincar é na rua. O quintal que ela está ali é um quintal aberto. Nenhuma dessas casas do Morar Feliz foram entregues separadamente para as famílias poderem ali ter o seu lazer, o seu momento de privacidade... Porque a casa foi cedida, sim, eles antes moravam em locais degradados, locais que não tinham saneamento básico, nada de conforto. Mas eles se habituaram: a mãe muita das vezes teve até o filho dentro daquele local ali, mas é [de algum modo, mais] fácil. Porque é como eu falei do peixe: o peixe nasceu dentro da água salgada, se ele é tirado pra água doce, ele vai sentir muita diferença: ele tá na água, mas o oxigênio é outro...

Eu vou colocar assim: principalmente quem morava aqui nessa área da Vila. Aí, é colocado numa casa... é casa boa? É, casa boa. Mas não vamos pensar só nisso, não pára só por aí. Porque, ali precisa de quê? De uma assistência, no sentido de uma escola no próprio local, um incentivo pras famílias... porque teve muitos problemas nesse Morar Feliz, e esse problema começou... não foi a pessoa que tá ali que criou o problema. O problema foi instalado ali por falta de lazer, por falta de uma área... uma parte cultural, uma assistência, de estar ali com uma frequência. Eu digo assim... de estar atendendo às famílias: você colocou a família ali, mas... peraí, vamos lá... vamos saber como que está, [vamos] ter uma atenção: precisava de uma atenção pra aquele povo. Porque muitos que foram deslocados para a localidade da Penha [bairro distante cerca de 15 km], eles foram simplesmente jogados lá na Penha, “jogados” porque foi a forma mais certa de se falar. Porque você pega uma família, tira ela debaixo da ponte e joga... por mais que seja num local ali, num loteamento... desse Morar Feliz, mas

você não criou nenhum mecanismo pra aquelas pessoas ali poderem ter um lazer próprio, poderem ter uma condição de vida melhor. Aí a pessoa tá aqui acostumada com Ururaí, a trabalhar aqui dentro.

Hoje mesmo tem um pedreiro que tá trabalhando comigo aqui, ele mora ali na Ilha... Ele saiu de dentro da Ilha, que inundou, foi mandado pra Penha. Chegou lá na Penha, ele ficou com muitos problemas... Problemas de quê? Pra trabalhar, ele não conhecia ninguém da Penha, como que ele vai chegar lá e vai falar: "eu sou pedreiro"? Ninguém vai dar trabalho pro cara. O cara precisa manter a família dele, porque foi concedida a casa pra ele, mas não foi dada a ele uma condição pra ele trabalhar. [É como] falar assim: "Você vai chegar aqui, mas aqui já vai estar o campo de trabalho seu". Ele teve que voltar pra Ururaí pra trabalhar aqui, que ele conhece as pessoas daqui. Conversamos sobre esse assunto, ele falou comigo: "Poxa, eu fui colocado lá pra Penha, aí lá passamos por problemas", porque tem filhos adolescentes, não conhece ninguém de fora e acaba causando problemas... acarretando [uma] série de problemas lá pra ele. O que é que ele teve que fazer? Ele teve que ver com alguém conhecido que teria disponibilidade, porque já era [tinha família] próximo à Penha, de[esse conhecido] ir lá pra casa da Penha e ele vir pra cá, pra ele poder ter uma vida melhor, poder cuidar melhor da sua família, porque ele não tinha como trabalhar [lá]. Então, ele é nascido e criado dentro da Ilha ali, até porque... é o seguinte, foram retiradas famílias da Ilha? Foi... mas ainda tem muitas famílias ali dentro, e olha que... tirou a pessoa aqui e deixou o vizinho: "Bom... se vai me tirar daqui, porque é área de risco, o meu vizinho também está em área de risco!". E esse processo aí não foi feito de forma correta. Na própria área da Raia, aqui, tirou um vizinho e deixou o outro. Na Raia teve que sair muita gente, que é da área aqui chamada Brejo, eles falam Raia, mas é a área do Brejo, área de perto da rua Mário Barreto.

**E:** *[Eu vi que] tem várias casas que foram refeitas, vários muros que estão refeitos...*

**Jocimar:** Vários muros já foram refeitos, várias casas já foram colocadas ali novamente. Por quê? Falta de organização, falta de acompanhamento do poder público municipal. Não houve esse acompanhamento. (...) Porque, imagine só: se um vizinho não é retirado e aquele outro foi retirado, tem um problema aí, e um problema grave. Não é porque "ah, a casa do vizinho tá boa"... É área de risco! E se é "área de risco", [então] é área de risco! Se o bairro de Ururaí tá em risco, vai vir pro bairro de Ururaí [a ajuda]...

Tudo o que a gente for pedir em benefício quando for sinalizar para o próprio governo federal, vai sinalizar [para] o bairro de Ururáí. Porque, na época do que aconteceu de 2008, foi o bairro de Ururáí que sofreu as enchentes, as inundações, não foi simplesmente um local isolado, uma área isolada, todos de Ururáí passaram por dificuldade. Ainda que não estivessem dentro da água, mas tinha um irmão dentro da água, tinha um tio dentro da água, tinha um amigo dentro da água. E o psicológico abalou a todos nós em Ururáí. Toda a comunidade sofreu danos. Causou dano pra toda a população. Independe de se lado A, lado B ou lado C. Todos passaram pela mesma situação. Casas, principalmente do Brilhante, não houve nenhuma correção, no sentido de avaliar a casa pelos danos causados ali; casas que ficaram com 1,70 m de água dentro dela, imagine só... A casa de alvenaria, o material, ele se decompõe, ele se desgasta. Então, tem familiares que até hoje estão tendo que restaurar suas casas, seus muros, em virtude da água. Só que não houve uma percepção de... “poxa, vamos olhar...”. Até porque a situação que aconteceu em Ururáí, com certeza, eles [prefeitura] buscaram mecanismos pra atender Ururáí, mecanismo até financeiro pro bairro poder ser restaurado, conforme foi construído o “Bairro Legal” [programa municipal de urbanização dos bairros]. Fez as calçadas, tá beleza; mas e o atendimento àquelas pessoas que sofreram danos em suas casas?

*E: Você citou a urbanização do bairro nesse programa Bairro Legal. Qual a ligação entre o que aconteceu, os problemas que ainda continuam ou podem vir a acontecer, e o modelo que foi usado pra urbanização? Ele tem qualidades, tem defeitos?*

**Jocimar:** Defeitos... O bairro de Ururáí com essa magnitude de Bairro Legal... que eu sou crítico quanto a essa questão de Bairro Legal. Porque pra mim é um bairro que foi asfaltado, colocado as calçadas com acessibilidade para cadeirantes e pedestres. Foi feito as galerias de águas pluviais. [Mas...] conforme eu citei pra você: é a situação do valão Cacumanga. Esse valão faz com que a água venha pra dentro do bairro. Então, todas essas galerias de águas pluviais estão ligadas no bairro, e ligadas ao rio [Ururáí]. E o problema que mais tarde possa vir uma enchente, que a gente não sabe quando vem, isso aí é uma coisa que só Deus sabe o momento que virá. Mas a gente pode ser pego desapercebido, de surpresa. Então, eles criaram um mecanismo até para um local que enche muito, o problema da Raia. A Raia também entrou [neste programa], a parte do Brejo entrou para o projeto Bairro Legal, [mas] que na verdade não poderia nem entrar para o projeto Bairro Legal. Porque... [taí] a minha crítica também: entrou no

projeto do Bairro Legal a parte das ruas da Raia, a rua Edison Gabriel, mas partiu para o lado da [rua] Amaro Barreto, [que] não entrou no Bairro Legal. O que eu entendo com isso: se não entrou para o projeto Bairro Legal é porque aquela área continua sendo área de risco, ela não pode ter casa. Então, com certeza, eu entendo que as pessoas que estão ali têm que ser colocadas em um programa desses aí, do Morar Feliz, correto? Mas eles não fizeram obras de Bairro Legal ali, não foi feito, nenhuma pavimentação, nenhuma urbanização, mas retirou parte das famílias dali. Mas continua como área de risco, por quê? Porque fizeram uma canalização para escoar a água dessa área do Brejo, ali próxima à [rua] Amaro Barreto, essa área ali que inunda com frequência até nas enchentes de proporções menores, [como] a que teve em 2009, 2011, até um pouquinho de 2013. Eles colocaram uma bomba dentro da rede, de uma... chamada “elevatória”, fizeram um local para o esgoto – de todos aqueles moradores da Raia, do Brejo – ir pra esse bueiro. E essa bomba está fazendo o transporte para jogar em outra área, que vai pra uma vala, que é manilhada, que passa ao lado da padaria, entra na rua Clarindo Jorge da Silva e vai entrar nas terras do [deputado] José Maurício. Então, entra ali naquelas terras essa vala. Mas é um problema sério, porque esse terreno foi cedido pra imobiliária, hoje está sendo um terreno que vai ser urbanizado, vão ser instaladas casas ali. E essa vala? Eles vão fazer? Porque, a partir da divisão do terreno, já não tem manilha, a água escoar a céu aberto, então, é um problema: essa água vai pra dentro do rio Ururaí. Vai água e vai também uma parte de esgoto da parte do Brejo também, da Raia. Até porque eles pensaram o seguinte: “vamos cobrar taxa de esgoto do meio pro lado direito, e do meio pro lado esquerdo não vamos cobrar”. Poxa, teria que regularizar. “Aqui, vamos deixar do jeito que está.” Mas o Bairro Legal foi entregue em 2011, já estamos em 2015 e nada foi feito, nada eles ainda pensaram em fazer, não se fala que vão tirar aquelas famílias que estão ali. Outras casas já foram construídas ali e permitidas, eles permitiram que fossem feitas, a fiscalização simplesmente fechou os olhos pra isso... E aí... como que ficará, principalmente essas famílias, como que elas irão ficar, no sentido dessa vala, que entra numa propriedade que era particular, que hoje está sendo urbanizada? Vai construir casas ali, os terrenos já estão praticamente todos vendidos, as máquinas já estão todas trabalhando... E essa vala, a imobiliária vai manilhar pra essa água continuar seguindo para o rio, ainda que irregular? Porque eles teriam que usar outro método pra que essa água escoasse para o valão Cacumanga, não fosse direto ao rio Ururaí, mesmo que o valão Cacumanga faça ligação com o rio Ururaí. Mas aí... há uma incógnita: a vala vai ser manilhada? Eu vi, eu presenciei parte da vala já

coberta de terra; ou seja, está tapada aquela vala. Uma possível cheia que houver, a área ali é muito baixa, as pessoas ali vão ficar em posição complicadíssima, porque essa água não mais irá escoar para o rio, ela vai ficar alojada na área do Brejo. Essa é a preocupação minha, dos moradores, todos daqui do bairro... Pessoas me perguntam o que será daquela vala que foi construída. Eu até comentei com alguns amigos o seguinte: o “jeitinho brasileiro”... não pode ter jeitinho, porque, quando as coisas são feitas no jeitinho, um dia a casa cai, um dia tem problema! Porque a gente vai ajeitando daqui e dali, não rapaz, tem que fazer certo, vamos trabalhar certo, ainda que demore, mas vamos fazer o certo.

*E: Você citou o esgoto, o tratamento. A urbanização não veio acompanhada da estação de tratamento de esgoto?*

**Jocimar:** É... a estação de tratamento de esgoto não foi feita aqui no Bairro de Ururaí. Eles falam do esgoto ser bombeado pra Chatuba [bairro de Campos], mas de Ururaí até chegar a Chatuba são 10 km. Então, 10 km de bombeamento de esgoto, com uma localidade crescente [como] está o bairro de Ururaí, já que vai ter a construção da imobiliária ali, que eles dizem que tem vários terrenos que já foram vendidos, muita gente já comprou os terrenos. [Mais] esses programas Morar Feliz, Ururaí I, Tapera II, que a conexão é a mesma para bombear o esgoto pra Chatuba, não tem condição de Ururaí ficar rotineiramente... [com] as bombas dando problema, danificando, em virtude [de que] bomba é máquina, e a máquina ela se acaba...

*E: As bombas de que você fala são o sistema atual? Como funciona?*

**Jocimar:** O sistema atual. Ela funciona um tempo e outro tempo não funciona. Nesse tempo que ela não funciona, o esgoto vem pra cima do asfalto. Isso aí é praticamente todos os meses, quando não acontece duas vezes no mês, acontece uma vez no mês. E esse esgoto que fica jorrando com frequência acaba indo pro valão Cacumanga e, por sua vez, para o rio Ururaí. A questão ambiental... aí influencia vários fatores. Por que não construir uma estação? Até porque nos é cobrada uma taxa – até ao meu ver abusiva, essa taxa de esgoto. Ela é cobrada na proporção do gasto da água, ou seja, se eu gasto R\$100 da água vou pagar R\$200, que é 100 da água e 100 do esgoto... dobra. Mas eu vou tá pagando por um esgoto que, vira e mexe, eu tenho que tá ligando para a Águas do Paraíba [empresa municipal responsável pelo fornecimento de água e tratamento do esgoto] ou pra Emhab [Empresa Municipal de Habitação, Urbanização e Saneamento] e pedindo: “Olha, precisa que o caminhão venha aqui pra esgotar esse local des-

sa elevatória que foi construída, porque está jorrando esgoto para dentro do valão Cacumanga”. Rotineiramente eu venho fazendo isto. E nós não podemos continuar. Se eu pago o imposto, eu pago o esgoto que é tratado... teria que ser tratado, porque, pra você pagar uma coisa, tem que tratar, e eles não tratam. Eu pago isso aí, essa taxa, todos os moradores aqui pagam, e isso aí pra eles [empresas] não ficaria tão difícil, porque eles não construiriam uma estação de tratamento de esgoto com o dinheiro deles, construiriam com o nosso dinheiro! Ou seja, nós mesmos podemos construir... nós estamos financiando pra que construa, o financiamento já tá sendo depositado pra eles, basta que tenham força de vontade! Agora, será que eles vão ficar esperando até ocorrer o problema lá na frente, de uma possível enchente, que Ururaí possa sofrer um dano maior, com a situação desse esgoto, que, na verdade, com uma cheia que houver, imagina como vai ficar essas elevatórias, jorrando esgoto pra tudo quanto é lado? E aí? As cheias anteriores, por mais que trouxessem problemas, foram menores no sentido da saúde pública aqui. Então, tá instalado hoje aqui um caos, no sentido do esgoto. Há uma grande preocupação. Porque esse esgoto pode nos trazer uma série de problemas, e o qual já pagamos pra que isso seja evitado. Mas dependemos dessa força de vontade pra que nós possamos ter uma qualidade de vida melhor. Porque, principalmente na área ali, próximo ali da Avenida Canal [Cacumanga], e em áreas até mais próximas aqui também, com esse esgoto jorrando... O cheiro dele, aquela situação ruim, desagradável... Mas, e as crianças que têm pouca noção, que pisam naquilo ali, e você não pode estar acompanhando? Você tem que trabalhar, você não tá junto deles, pra poder tá falando: “Olha, não pise nisso aí, que isso aí vai causar um problema à nossa saúde, vai ser atingida...”. Perdemos a saúde em virtude dessa situação... E aí? Como iremos ficar?

*E: Você tem alguma informação do sistema de saúde com relação a esse contato com o esgoto, do adoecimento dos moradores do bairro relacionado com isso?*

**Jocimar:** Não escuto falar. A gente vem trabalhando em cima disso aí. Mas a demanda aqui também não atende, se houver um problema. A nossa Unidade Pré-Hospitalar aqui... o atendimento dela já está “encharcado” demais com o número de habitantes que tem o bairro, além de ter que atender a outras localidades. Então, se faz necessário ampliar a Unidade Pré-Hospitalar aqui. Até porque ela faz conexão com uma escola [é vizinha], além disso essa escola está com uma série de rachaduras, eu já fui lá e vi.

*E: Qual a causa dessas rachaduras da escola?*

**Jocimar:** A causa dessas rachaduras foi até em virtude da construção do Bairro Legal. Eu posso colocar assim porque não é só a escola que tá passando por um problema desses. Tem casas aí com esse problema, conforme eu falei anteriormente pra você, que eu citei, de que as casas que foram tomadas de água não tiveram uma correção. Poderia, de repente, eu não sei se ficaria muito caro para o poder público, numa fiscalização da Defesa Civil, fazer todo o levantamento das casas, ainda que não fosse um levantamento no local, mas que chamasse cada morador, né, que convidasse, convocasse os moradores pra que quem tivesse com problema nas suas casas fosse lá explicar pra eles poderem tomar uma posição junto com os moradores. Tem muitas casas aí que estão sofrendo rachaduras. Até porque, quando foi construído o Bairro Legal, as manilhas aqui foram umas manilhas muito bacanas, de uma amplitude muito imensa, e se abriu aproximadamente de 2 a 2,5 m nessas ruas. Era um bairro de ruas com paralelepípedo, e era compactado, porque ali já era o normal. As ruas eram de terra, que já era da própria natureza, mas foi retirada essa terra e foi compactado com areia. E a areia a gente sabe que, [quando] ela entrou num local, ela vai ficar sempre “dançando” pra um lado ou pro outro... E com esse movimento de ter aberto esse grande vão na rua, pra colocar essa areia e fazer a compactação, as casas estão sofrendo rachaduras em virtude dessa abertura, como a gente pode presenciar. Depois desse acontecimento, os próprios postes de energia aqui da Ampla [concessionária de distribuição de energia elétrica], eles estão adernando para a rua, apesar de que hoje eles estão fazendo toda a manutenção da rede, vão fazer uma nova rede aqui dentro do bairro de Ururaí, como já foi feito em outros bairros, mas tá fazendo aqui com a troca dos postes. Então esses postes [apresentam] uma série de riscos, risco iminente pra população, de estar ali passando, circulando por ali.

Mas [tem] também esse problema da Unidade Pré-Hospitalar, do lixo, né: o lixo hospitalar localizado ali junto à escola. Na escola, a sala de aula é vizinha à área de repouso de pessoas [no hospital], que estão ali pra se recuperar de uma situação que aconteceu [a eles], atípica, e fica complicado um anexo desse aí. Foi até citado, sobre a prefeita, quando veio lançar a pedra fundamental aqui do Morar Feliz do Ururaí I, [ela] falou: “Olha, vai ser construído um hospital aqui em Ururaí”... Mas e daí? Eu fui informado de que nenhuma documentação, nenhuma licitação, não tem nada disso preparado, até agora só tá verbal. Mas eu vejo que tem que se tomar uma providência quanto à nossa Unidade Pré-Hospitalar.

[Sobre a expansão do bairro com o Ururaí I e um possível Ururaí II] Segundo informações do próprio secretário de Assistência e Família, que estive com ele, me passou que o total de casas pra Ururaí [pelo Morar Feliz] seria de 1.300 casas, mas o que vai ser entregue no momento são 900 casas. E essas outras é lá pra frente, e aí gera uma série de problemas, que vamos aguardar como que vai ficar a situação até do nosso município aí, pra ver se faz essas casas, se constroi elas.

**E:** *Sobre a doação das terras pela usina, naquele período em que ela quis beneficiar os trabalhadores, você tem alguma informação sobre o porquê da doação não ter sido feita para o lado de lá [em continuação às terras mais altas vizinhas à área industrial da usina], mas, sim, para o lado de cá, onde supostamente [o terreno] é mais baixo?*

**Jocimar:** Olha, na verdade, aquelas casas ali... [no lugar onde era] chamado “rua da Farmácia”, aquela região do lado da Usina, sentido ao rio [Ururaí], do lado direito, vamos falar assim, ali não eram doações. Ali foi colocado para os moradores que ali trabalhavam na usina. Então, eles [da usina] forneciam casas [para] as pessoas [que] vinham trabalhar na usina... que antigamente era muito assim, né: você vinha trabalhar na usina... “Você tem casa? Você não mora aqui em Ururaí?”. Porque a maioria do pessoal morava na Olinda,<sup>6</sup> outros moravam mais distante, então, vinham trabalhar na usina, e a usina cedia a casa. Eu tenho tios – que hoje são falecidos –, que eu cheguei a ficar um tempo na casa deles ali [casas cedidas pela usina]. Então, não era casa doada... a casa é sua enquanto você trabalha na usina. Quando meu tio faleceu, minha tia morava numa dessas casas. Aí, ela teve condição de comprar uma casa, que foi até na Vila (hoje ela mora no Morar Feliz, Tapera II). Então, essas casas na verdade eram tipo troca, né: você trabalha e eu te cedo uma casa pra você morar.

**E:** *Por que não foi escolhido o eixo de urbanização pro lado de lá [terras mais altas], quando a usina definiu que ia favorecer os trabalhadores com doação?*

**Jocimar:** Eu entendo que é o seguinte. É claro que nunca passava na mente da direção da usina que [ela] fosse falir, que fosse fechar a usina. Em virtude disso, é claro que eles não queriam que tivesse moradia junto à usina. Então, quer dizer, [definiram que] as moradias ficassem todas pro lado

---

6. Localidade na região de Ururaí, onde a usina antigamente também tinha terras e cedia algumas casas para os trabalhadores.

oposto à usina. Até porque aquela área era uma área produtiva, era uma área [em] que as canas eram bonitas, que as canas davam um açúcar de qualidade. Então, poxa, a prioridade deles qual era? A cana. Até porque nós vivíamos da cana-de-açúcar. Aí, se eles pegam e colocam a gente num local [em] que [está] a cana de qualidade, que vai dar um açúcar [de melhor qualidade]... entendeu?

Então, claro que a prioridade [foi a cana]: “Bom, eu coloco eles no local que o açúcar é de qualidade, eu perco a qualidade do açúcar e perco eles também, porque eles não vão ter uma manutenção que é o alimento”. A gente se alimentava através do açúcar. O açúcar era o nosso *royalty* aqui em Ururaí. Além disso, a própria usina dava... tinha açúcar para os moradores, não precisava nem comprar açúcar antigamente. Há muitos anos, [você] tinha direito lá a tantos quilos de açúcar... e a gente usava em vários métodos o açúcar, no sentido de alimentação. Até os próprios comerciantes eram beneficiados, porque eles compravam aqui mais barato, compravam direto aqui, não precisava ter o atravessador, já comprava a saca de açúcar. Antigamente se falava em açúcar “a granel”, porque eles compravam a saca, colocavam naquele recipiente debaixo do balcão e o morador já vinha e comprava ali mais fácil.

Então, foi por esse motivo, eu creio assim, na minha visão, de ter alocado as pessoas aqui, nessa área aqui, no “Brasília”. Porque... na verdade, doado mesmo foi a área que falam “Brilhante”, ali foi doado pelo poder público estadual, para ali fazer as casas do BNH. Mas, aqui, os funcionários foram comprando as casas. Porque... até pra ter liberdade, pelo seguinte: pro dia em que eu quiser sair da usina eu ter onde morar. Já pensou? O cara fala: “Poxa, eu quero trabalhar num outro [lugar]... Ter liberdade, o dia em que eu quiser ir pra qualquer outro lugar, eu tenho”. O bom é isso, é você ter sua casa própria, não ficar na dependência. E ali muitos moradores dependiam da usina, até por não ter condição de comprar. Vamos ver um lado (e até vamos voltar no programa Morar Feliz): em Ururaí, principalmente, o pessoal que morava na *Ilha*, o pessoal que morava na *Vila*, ali na *Margem da Linha*, [são núcleos formados pelos] antigos [que] saíam das áreas mais distantes e vinham trabalhar em Ururaí. Quando eles chegavam aqui, [depois do trabalho] eles tinham que voltar para o local distante. Aí olhavam aquele corredor ali entre a linha férrea e a BR-101 e pensavam: “Por que vir [até] aqui e não fazer um barraquinho? Porque aqui eu vou tá próximo do meu local de trabalho... fica mais fácil”. E foi ali construindo seus barracos, fazendo suas casas e trabalhando na usina. Mas a usina precisava deles também pra trabalhar, e ela também não po-

dia dizer: “Ah, vou impedir”; e o poder público na época também não tinha esse conhecimento que tem hoje, de pegar e fiscalizar, não tinha essa fiscalização. E eles foram construindo aquelas casas ali, construindo os barracos. E aí construo eu hoje, aí depois meu vizinho vem e constrói ao lado, aí eu já tenho um filho que também já está na hora de trabalhar, ele entra na usina pra trabalhar, ele se casou e vai lá e constrói do meu lado... E aí foi, aconteceu isso. E a maioria das pessoas que moram no Brilhante – hoje eu não posso dizer que é a maioria porque muitos venderam suas casas, foram pra outras localidades, foram pra outro estado, mas a maioria do pessoal do Brilhante – eram todos funcionários da usina. Esse pessoal, a maioria morava na *rua da Farmácia*, morava no antigo *Gato Preto*, onde tinha um arruamento lá de várias casas [onde hoje é o Ururaí I]. Então, a usina agia assim dessa forma. Mas aí não era [pra] todo mundo, não era qualquer um, a pessoa tinha [que ter] uma qualificação ali dentro, um nível, né, pra poder adquirir uma casa. Quem trabalhava mais no corte de cana, na lavoura, acabava que tinha que morar na *Vila*. Por isso essa condição, que... no momento em que o povo ali se encontrava mais [no caso dos abrigos], dessas dificuldades, da cultura [peculiar a cada grupo] ali, da forma de convivência, porque é mais parte da lavoura. Pessoas que trabalhavam [como] ajudantes do caminhão, ajudante do trator: ali o cara às vezes era qualificado pra ser um tratorista, mas ele já estava instalado naquela casa, e já tava acostumado, ele ia sair dali pra quê? E a usina chegou a certo ponto também que não tinha como ter mais casas pra ceder para outras pessoas. Teve alguns lugares que o morador mesmo já comprou aquela casa, [a usina] foi e cedeu pra ele [poder comprar].

Então, o dono da casa era a usina. O morador era responsável por cuidar da casa. Às vezes, a usina até mandava o pessoal de manutenção ir lá, passar uma cal nas casas, ajeitar, fazia isso também, essa manutenção nas casas, porque as casas eram deles [da usina], mas mesmo assim ajudavam, entendeu?

Então, me recordo muito bem, porque eu fui criado [por ali] – eu vou falar um pouquinho de mim também. [Faltando um mês pra eu nascer] o meu pai saiu de casa, e minha mãe acabou ficando sem um local, sem uma casa. Então, minha mãe ficava na casa de um tio meu, um tio que na verdade é considerado como avô, porque ele criou minha mãe na época. Esse meu tio era [funcionário] da ferrovia, o falecido Anésio, e ele era [também] comerciante, tinha comércio aqui dentro de Ururaí, um dos comércios maiores que tinha aqui dentro de Ururaí, e morava na rua Silvío Codeço. A casa maior que tinha ali nessa rua era a casa dele, logo

antes de chegar na entrada ali pra descer pro rio Ururaí. Aí meu tio falou pra minha mãe: “Vem aqui pra minha casa, vem morar aqui”. Aí eu fui morar lá, a primeira rua que eu soube que eu vim foi a rua Silvio Codeço – é uma rua que eu guardo muito comigo por ter sido a primeira rua [a] que eu tive acesso. Passei ali parte da minha infância. [Em virtude] dela [a tia] não ter uma casa própria, então ela também foi morar na rua da Farmácia. Então isso aí tudo eu recordo, é recordação que eu tenho, [desde os] cinco anos, aproximadamente. Eu digo até pra você que é o seguinte: [desde meus] quatro anos pra cá, eu recordo de muitas coisas, do que acontecia aqui na usina. Essa usina era coisa muito importante para esse bairro de Ururaí. Essa usina foi tudo pro bairro de Ururaí. Então, eu sinto isso na pele, eu sinto isso desde a infância. Então, minha mãe ficava lá na rua da Farmácia, e ficávamos assim, sem ter um local de ficar, sem ter um endereço fixo.

Na verdade... meu pai (...) não tinha também endereço fixo, ele era um nômade. E aí eu fui indo também, vivendo como um nômade, tô aqui, tô ali. Aí depois eu acabei indo pra um sítio da minha vó, que já ficava lá, bem distante, quase já perto de Lagoa Feia também, que passa por “Ponto da Lama”, vai pra lá pra dentro, tem umas fazendas lá embaixo. E lá... pra você ver, lá também tinha escola, tinha tudo. E eu fiquei assim. Eu me lembro [de] que com 9 anos eu já tirava vassoura nos pastos, trabalhava tirando vassoura, que ela tomava conta de tudo e o capim não dava pastagem pros gados. Aí eu já trabalhava naquilo dali, vinha naquele hábito... a minha guerra já vem de muito tempo, muita luta, muito sacrifício. Comecei desde novo já. Aí, quando já se aproximou dos 12 anos, eu já comecei a ir pra capital. Fui pro Rio [de Janeiro], trabalhar no Rio. Depois eu já fui pra Cabo Frio e fiquei trabalhando fora, e ficando nesses locais, porque eu não tinha onde morar. Eu já trabalhei em retirada de sal em salinas, com essa idade aí já pouco antes de 13 anos, eu já era responsável pela minha manutenção e ajudar, também, às vezes minha mãe. Com 12 anos eu já era senhor de si. Eu já sabia o que era certo. Eu já *sabia*... não; eu já *tinha* que fazer o que era certo, e não o que era errado. Eu já tinha que ter responsabilidade. Eu fui obrigado a ser responsável. Essa foi a questão, na verdade.

Então, eu.... nessas idas e vindas, e vai lá e vem cá... chegou os 18 anos, que aí você vai já pro Exército se alistar, essa coisa toda. Aí eu já comecei a pegar os meus documentos, pra procurar, é claro, um emprego formal. Porque até aí eu ficava na casa de pessoas que me levavam pra lá... e tal... E graças a Deus eu sempre tive uma boa convivência com as pessoas, aon-

de eu chegava todo mundo queria eu perto deles, insistiam muito. E eu fiz os 18 anos e já fui trabalhar, com carteira, já formalmente.

Aí voltei [pra cá], vim pra trabalhar no posto Flecha, foi o meu primeiro emprego de carteira assinada... comecei a trabalhar ali... Aí, quando eu comecei a trabalhar formalmente, eu não tinha onde morar, tive que procurar um lugar pra mim morar. Ou comprar uma casa. E eu fui morar com uma das minhas irmãs: ela comprou um terreno aqui em Ururaí, aqui onde nós estamos, e na época ela e o esposo dela compraram de meia com um outro amigo, e esse amigo queria vender o terreno. Mas aí minha irmã disse: “Por que não vender pro meu irmão?”. Então, eu comprei o terreno, mas aí eu já estava morando com minha irmã, e estava ainda trabalhando na região dos Lagos. Então, eu ficava nestas idas e vindas. Peguei todo [esse contexto do bairro]... do meu nascimento aqui... em Ururaí, e essa questão toda de infância até meus 11 anos, 12 anos; o trabalho da usina que nos gratificava muito... Imagina só, uma criança sendo criada sem pai, quando você ganha um presente, simples que seja, que a empresa fazia, era coisa bacana demais. Então, comprei esse terreno, me casei, comecei a construir aqui e [continuo] morando aqui, né.

Comprei aqui em 1990. Aí, depois de 90, durou uns 4 anos, eu me casei, e eu já tinha um local pra poder adquirir família. Então, minha vida, na verdade, foi muito assim, de ponto a ponto, por questão de eu ter sido criado assim, como nômade. Então, hoje, tudo o que as pessoas falarem pra mim [sobre dificuldades]... não adianta elas falarem pra mim, eu posso [também] falar pra elas, até no sentido das coisas erradas, pois eu convivi em lugares que era propício a tudo. Mas eu sempre tive meu raciocínio, sempre tive minha ideologia, sempre busquei fazer o que era certo, ainda que não fosse perfeito, que o ser humano, ainda mais eu, digo, eu sou imperfeito, mas eu buscava fazer tudo com perfeição, buscava, poderia não conseguir, mas tentei e tenho tentado até hoje e graças a Deus. E eu agradeço muito a Deus pela oportunidade que me deu de ter convivido em áreas de alto risco e eu aqui hoje ter uma filha com 20 anos já cursando a faculdade, ter um filho já com 17 anos já...

E eu sempre passo pra eles isso, o que eu mais cobro deles é que eles estudem. O que eu posso passar de base pra eles, que eu não tive, que é a base estrutural. Mesmo sem base estrutural, graças a Deus, Ele me proporcionou isso. E é isso que eu venho fazendo pra dentro da comunidade do meu bairro, em que eu moro. Esse é o legado, essa é uma missão que eu vejo que é de Deus pra mim fazer. Eu vim resgatar tudo aquilo que eu

desde a nascença [eu vivi]. Passar por todas as ruas desse bairro, eu, colocando paralelepípedo em cada rua desse bairro, conforme eu coloquei na época [em que] esse bairro foi calçado... Todo o calçamento desse bairro... eu trabalhei em tudo isso aqui. Eu calcei cada rua desse bairro, então, eu sei o que é estar no meio de uma rua dessa aqui, embaixo de um sol de 30 graus, 35 graus, e você ali no meio da rua, tendo que cumprir com a sua hora de trabalho, com suas obrigações, ter que retirar pedras de cima de caminhão, ter que lançar pedras em cima de caminhão. Então, esse é o valor que eu me vejo, ainda que eu não agrade muitas pessoas, mas primeiramente eu busco agradar a Deus, que eu sei que, agradando a Deus, eu vou tá agradando a todo mundo; e se as pessoas não se sentirem agradadas, [ao menos] eu to fazendo a minha parte, e eu vejo como uma missão de Deus. Porque eu tenho uma vontade imensa... Você não sabe como arde no meu coração de ver o meu bairro evoluído, o meu bairro ter uma indústria pra poder proporcionar uma vida melhor pra aqui, [para os] os familiares. É um paradigma que eu venho tentando quebrar dia a dia. Mas hoje... em virtude da situação que vivemos no nosso meio social, hoje tem pessoas que falam assim: “Olha, eu só quero pensar em mim, só quero pensar no meu umbigo”. Mas pare e pense: quando eu penso só em mim... eu moro num bairro que precisa de ter segurança de qualidade, eu moro num bairro que precisa de ter uma educação de qualidade, uma saúde de qualidade, saneamento básico pra me dar conforto, com uma estação que trate o meu esgoto de forma correta... E de que adianta eu pensar só em mim? De que adianta eu ter milhões, ter uma casa, uma mansão, e eu ter que sair na rua e passar na rua com esgoto a céu aberto? Meus filhos ter que passar por aquela situação, eu depender de um médico e não poder ser atendido, eu depender de uma educação de qualidade pra que meus filhos estudem bem e tenham uma qualidade de vida na formação deles e eu não ter aquilo? Então [o que] eu busco é isso, ainda que as pessoas só pensem é nelas. Mas uma coisa eu digo pra você: não adianta a pessoa achar que ela pensando só nela [mesma] – sendo egoísta – que ela vai a algum lugar, ela vai parar antes do tempo, que ela não vai aguentar... por quê? Ela vai morrer um dia e, quando ela morrer, ela necessita de quatro braços, pra levar ela até o local que ali ela precisa ser jogada, aquele corpo dela. Aí, de que adianta esse egoísmo? Então, eu às vezes saio na madrugada, se tiver que resolver alguma questão do bairro, se tiver que resolver alguma coisa, eu vou para o Legislativo, pra Câmara, eu exijo dos vereadores, solicito deles pra que eles façam um trabalho de forma que atenda ao bairro, de forma correta, eu chego no Executivo, eu falo com o Executivo. Então, eu sempre estou fazendo... batendo na mesma tecla.

Parece loucura, como às vezes eu vejo que muitas pessoas até comentam: “Cara, você é louco de fazer isso”. Ninguém quer fazer isso... Mas eu quero fazer. Eu tenho vontade de fazer.

Porque o que eu passei... ainda que outros tenham passado [por coisa] pior do que eu passei... mas eu me remeto a isso aqui hoje: em proporcionar às pessoas uma qualidade da qual anteriormente eu não tive. Seria muito fácil... eu ter tudo, mas... e aí? Eu tenho tudo, mas muitas das vezes eu não tenho nada. De que adianta você ter tudo aos seus pés e, quando você mais necessita aquilo dali... não funciona. Então, você tem que lutar enquanto pode. Eu acho que a luta... o meu foco é isso: eu costumo dizer que eu acredito que Ururaí pode ser melhor. Eu acredito nessa condição. Eu vou indo, [cuidando] pra que eu [não] me canse, pra que eu [não] desista, pra que eu [não] pare... eu vou indo devagar. Vou batendo ali, batendo na porta de um secretário, batendo na porta do Executivo, batendo na porta do Legislativo. Para mostrar pra eles que podemos fazer uma política diferente. Temos condição de reformar essa política nossa aí. Mas só reformamos se a gente pensar aqui na nossa mente e colocar o nosso coração em ação, pra funcionar dessa forma. Porque, enquanto as pessoas ficam aqui pensando somente nelas, elas vão fazer com que os próprios políticos pensem [só] neles [mesmos]. Porque a pessoa que está aqui hoje pode ser um político amanhã. E isso é gradativo, isso é o normal da coisa. Mas se ela for trabalhar mal aqui, for mal-intencionada aqui, e ela não tiver um tratamento legal aqui, como que ela vai poder tratar bem as pessoas? Não tem como tratar... Então, tudo o que eu vivenciei, tudo o que eu trago de experiência hoje é isso aí: tentar mostrar pra essa política que vivemos aqui hoje, tentar mostrar para o poder público que a gente pode avançar, que a gente pode fazer diferente, sem pensar somente em si. Sem trazer [só] pra si o benefício próprio, trazer o benefício pro bem comum. Porque, quando tudo vai bem, quando a saúde vai bem, quando a segurança pública vai bem, eu também estou indo bem. Então, eu tenho que buscar isso. Não adianta eu buscar somente pra mim, mas se nada ao meu redor está bem, eu tô mal! Se eu não cuido do meio ambiente, se eu não cuido da água, eu não tô cuidando de mim. Eu tenho que cuidar disso tudo. E se a pessoa fala assim: “Ah, quem tem que cuidar é o poder público, quem tem que cuidar é só os governantes”... Não! Cada um de nós tem que fazer a nossa parte, cada um de nós tem que cuidar da nossa rua, cuidar de nosso lixo, jogar o nosso lixo de forma a segregar ele, né, pra reciclagem, fazer um processo desse aí. Mas claro que precisa de que [alguém] sinalize, [que] o poder público sinalize isso dentro de cada município, dentro de cada região, pra fomentar isso, essa vontade nas pessoas. Não adianta... muitas

vezes as pessoas podem querer. Mas como, se não tem o mecanismo? O mecanismo tem que ser lançado. Tem que lançar a flecha na direção do povo, pra que o povo pegue aquilo dali e comece a... cada um... de grão em grão... resolver o problema, principalmente do nosso bairro, ou do nosso município, quem sabe, trabalhar dessa forma aí. Porque... a economia ela começa daí, quando eu faço a minha parte... Mas pra isso precisamos de que o poder maior tome a ação.

*E: Obrigado Jocimar. (...) Assim consigo entender melhor tanto a sua [vivência de] identidade quanto a sua orientação política, que tem tudo a ver com a transformação do espaço em que vocês, seus conhecidos e as outras pessoas vivem, o sentido da ação política no coletivo como forma de cuidar da própria vida, fazer a gestão do espaço, do ambiente.*